



PIBID E ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO
COMPROMETIDA E PARTICIPATIVA

INTRODUÇÃO

Este produto educacional é fruto da dissertação de mestrado intitulada “O papel da gestão escolar para a implementação das políticas educacionais: o Pibid como foco de Análise”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Jataí.

A pesquisa apresentou o resultado da investigação realizada numa escola pública estadual, tendo como foco de análise a gestão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). No estudo verificou-se a gestão dos Pibid de Física, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Jataí, e de Biologia, por meio da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí, inseridos numa escola da educação básica da rede pública de ensino, da cidade de Jataí-GO, no ano de 2014.

Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa, optando-se pelo estudo de caso. Realizou-se a coleta de dados por meio de aplicação de questionários, e por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas nos encontros com grupos focais compostos pelos participantes dos Pibid. Os instrumentos possibilitaram analisar a realidade da gestão dos referidos Pibid e da escola da educação básica da rede pública de ensino, apontando que os Pibid não obtiveram êxito no cumprimento das atividades que constavam em seus subprojetos.

Analisou-se nas respostas dos sujeitos envolvidos que o maior problema foi a falta de interação entre as instituições de ensino superior (IES) e a escola da educação básica (escola parceira). Por um lado, os componentes da gestão da escola parceira afirmaram que não tinham conhecimento sobre o Pibid, apesar de o mesmo estar na escola desde 2011. Por outro lado, a gestão dos Pibid acreditava que a escola não estava preparada nem estruturalmente, nem pedagogicamente para recebê-los, cabendo aos gestores, tanto dos Pibid quanto da escola, driblarem os problemas para a implantação e implementação do programa.

Verificou-se que o papel desempenhado pelos Pibid era voltado apenas para monitoria e reforço de estudo, deturpando os objetivos dos subprojetos e, conseqüentemente, os objetivos do Pibid. A pesquisa revelou que tanto a gestão dos Pibid quanto a gestão da escola parceira não praticaram gestões democráticas, visto que

não valorizaram a parceria entre IES e escola da educação básica da rede pública de ensino; e não valorizaram a coletividade no processo de tomadas de decisões, tendo em vista a qualidade das práticas escolares. Desta pesquisa resultou a produção de um blog. De acordo com Moran; Masetto e Behrens (2006, p. 44), “com a Internet podemos modificar mais facilmente a forma de ensinar e aprender tanto nos cursos presenciais como nos à distância”. E o blog tem a função social (PRIMO, 2008) de suscitar a interação entre o seu criador e a comunidade a qual se dirige, neste caso, a comunidade escolar.

De acordo com Fogaça (2011):

originalmente, os blogs tinham por característica ser um diário, aberto a todos, onde se discutia temas referentes à vida pessoal do autor com seus leitores. Era uma versão eletrônica do diário pessoal registrado em cadernos especiais principalmente por jovens do sexo feminino. Tratava-se, portanto, de uma forma de expor perante um público maior, suas reflexões e problemas pessoais de modo a compartilhar conselhos e incentivos e também para receber elogios. Um modo de ampliar suas amizades. (p. 41).

Como verificado, inicialmente os blogs tinham um fim mais subjetivo, voltado para divulgar feitos pessoais, tais como a arte, a música, os conselhos, as histórias e estórias. Para Gomes (2005), enquanto recurso pedagógico, os blogs podem ser: “espaço de acesso à informação especializada, e espaço de disponibilização de informação por parte do professor” (GOMES, 2005, p. 312). E enquanto estratégia pedagógica os blogs podem se apresentar da seguinte forma: “portfólio digital; espaço de intercâmbio e colaboração; espaço de debate - *role playing*, e espaço de integração” (GOMES, 2005, p. 312-313).

Este blog (Produto Educacional) trata-se de um material didático-pedagógico direcionado aos professores e alunos tanto das IES, quanto das escolas da educação básica da rede pública de ensino, tendo como finalidade apresentar situações, oriundas da pesquisa desenvolvida no mestrado, que podem colaborar para a aplicabilidade e desenvolvimento do Pibid nas escolas da educação básica da rede pública de ensino.

Verificou-se no decorrer dos estudos, em fase de construção da dissertação de mestrado, que o Pibid trata-se de uma política pública que atinge parcelas significativas dos estudantes de licenciatura, concedendo bolsas de iniciação à pesquisa aos licenciandos, aos coordenadores e supervisores responsáveis nas instituições de ensino superior (IES), mediante o desenvolvimento de projetos, e para supervisores e

professores das escolas da educação básica da rede pública de ensino. O Pibid apresenta-se como um impulso à formação inicial e continuada, tendo como foco principal o aperfeiçoamento e valorização da formação de professores, para atuar na educação básica da rede pública de ensino. Outro objetivo do Pibid é o de contribuir com a interação entre os cursos de licenciatura das IES e as escolas públicas de educação básica, numa articulação que propicia, ao futuro professor, vivência de experiências que auxiliem o entendimento quanto ao funcionamento da realidade escolar e em escolhas futuras relacionadas às metodologias a serem utilizadas em sala de aula e no relacionamento professor-aluno (BRASIL, 2013a).

Porém, como se dá a implantação e o desenvolvimento dos Pibid nas escolas da educação básica da rede pública? A realidade das escolas da educação básica da rede pública está preparada, estruturalmente e pedagogicamente, para receber os Pibid? Os gestores tanto do Pibid, quanto da escola educação básica da rede pública de ensino têm/mantêm um diálogo que possibilite uma parceria frutífera entre IES e escola da educação básica da rede pública de ensino? Ainda, a gestão do Pibid segue e desenvolve seus subprojetos conforme planejados?

Outro objetivo do blog é apresentar as discussões oriundas da pesquisa, desenvolvida na dissertação de mestrado, apresentada ao IFG Câmpus Jataí – GO, tanto em relação ao suporte teórico, quanto em relação à análise da gestão dos Pibid implantados na escola parceira. Acredita-se que os alunos da escola parceira e os bolsistas¹ do Pibid devem interagir-se, trocando informações, fazendo com que o Pibid cresça e se fortaleça. O blog, ora apresentado, tem a função de levar à comunidade escolar as contribuições de uma pesquisa que teve como foco a gestão do Pibid e a gestão da escola da educação básica da rede pública de ensino, na implementação e desenvolvimento do Pibid.

Este Produto Educacional tem, portanto, a intenção de fortalecer os laços entre IES e escolas da educação básica da rede pública de ensino, para que, cada vez mais, o licenciando, que ao optar pela docência, seja subsidiado por uma política pública, que visa proporcionar a melhoria no seu processo de aprendizagem quanto a sua formação como futuro professor das escolas da educação básica, e, com isso, melhorar o processo de ensino e aprendizagem, não deixando de destacar o papel dos gestores nessa empreitada. Além disso, este produto educacional inscreve-se como instrumento

¹ Neste caso incluem-se os alunos licenciandos, os coordenadores de área, e os professores supervisores.

didático-pedagógico aos professores e alunos da escola da educação básica da rede pública de ensino e aos participantes do Pibid, encaixando-se como um ambiente virtual.

Acrescenta-se ainda que a possibilidade de criar esse produto e dinamizá-lo, por meio da internet, torna-se uma oportunidade ímpar de se ter um instrumento que servirá para novas reflexões sobre o Pibid; sobre a parceria IES e escola da educação básica; sobre as políticas públicas educacionais e sobre a formação de professores. Ou seja, este produto gerará um círculo de informações e conhecimentos, fomentando novas pesquisas.

1 JUSTIFICATIVA

O blog intitulado “Pibid e escola pública da educação básica: gestão comprometida e participativa” foi idealizado ao longo da realização das análises da pesquisa: “O papel da gestão escolar para a implementação das políticas públicas: o Pibid como foco de análise”. Era preciso desenvolver um produto que socializasse os resultados da pesquisa à comunidade, principalmente à comunidade escolar, visto que o tema pesquisado, gestão escolar, é pouco discutido no âmbito do Pibid; e visto que a pesquisa revelou que as atividades que constavam nos subprojetos dos Pibid, implementados na escola da educação básica da rede pública de ensino pesquisada, não foram desenvolvidas, conforme planejadas/idealizadas.

A pesquisa revelou que os percalços ocorreram por falta de diálogo entre as gestões do Pibid e da escola da educação básica da rede pública de ensino (escola parceira). O tema da gestão escolar, a princípio apresentou-se timidamente, por conta de haver várias nuances a serem pesquisadas dentro do âmbito do Pibid, porém, revelou uma realidade preocupante, por se acreditar que o sucesso ou o fracasso do Pibid depende muito mais da gestão do que da parte operante, no caso dos bolsistas de iniciação à docência (alunos bolsistas).

Conforme Lück (2009):

a busca permanente pela qualidade e melhoria contínua da educação passa, pois, pela definição de padrões de desempenho e competências de diretores escolares, dentre outros, de modo a nortear e orientar o seu desenvolvimento. Este é um desafio que os sistemas, redes de ensino, escolas e profissionais enfrentam e passam a se constituir na

ordem do dia das discussões sobre melhoria da qualidade do ensino (p. 12).

Verificou-se que a realidade pesquisada não apresentou essa preocupação com a qualidade e melhoria da educação, uma vez que as gestões se emperraram em questões ínfimas, deixando de cumprir com fatores primordiais para uma gestão democrática: a parceria, a distribuição de funções, a colaboração entre os pares. A gestão escolar deve valorizar a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar (LIBÂNEO, 2008).

Assim, o blog surgiu como uma ferramenta ideal para apresentar e discutir as questões referentes à gestão do Pibid, devido à possibilidade de interação entre a comunidade jovem estudantil tanto do programa, quanto da escola da educação básica da rede pública de ensino, e devido a gama de possibilidades de uso desse instrumento.

Conforme Amaral; Recuero e Montardo (2009), os blog facilitam os processos educativos, estimulando a leitura e a escrita, e a aplicação de conteúdos de diversas áreas. No caso deste estudo, este blog disponibiliza aos seus usuários, não só os resultados da pesquisa, mas diversos *links* que os enveredam a conceitos de gestão escolar, discussão sobre a formação inicial e continuada de professores, discussão sobre as políticas públicas educacionais, além de um *link* que possibilita ao usuário conhecer as propostas do Pibid, suas metas e seus participantes.

Este blog possibilitará aos gestores analisarem as questões que envolvem as dificuldades de implantação e desenvolvimento dos subprojetos dos Pibid, tendo em vista as reflexões sobre a importância do diálogo entre as gestões, para que os Pibid, sob a gestão das IES, obtenham sucesso nas escolas da educação básica da rede pública de ensino, sob a gestão de um diretor e suas coordenações. Amaral; Recuero e Montardo (2009) apresenta a importância do blog para a área docente. Segundo os autores, o blog é visto pelos alunos como uma ferramenta de interação, e como uma comunidade a qual pertence, dividindo os mesmos interesses. Outra vantagem do blog é que não implica custos para com hospedagem e para com *webdesigner*.

Pode-se afirmar que o blog servirá como fonte de pesquisa a todos que possam se interessar pelo tema de políticas públicas, com o viés voltado ao Pibid, particularmente, à gestão deste programa.

Tendo em vista a relevância da pesquisa desenvolvida, sobre a gestão dos Pibid de Física e de Biologia implementados numa escola da educação básica de Jataí-GO, no

ano de 2014, este blog contribui para a socialização dos resultados, tendo em vista que é de fácil acesso, disponibilizado no endereço: <http://gestaoepibid.blogspot.com.br/>.

OBJETIVOS

- **Objetivo geral**

Criar uma rede interativa sobre a implementação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), numa escola da educação básica da rede pública de ensino, focalizando as questões relacionadas à gestão tanto do programa, quanto da escola, para o desenvolvimento do Pibid.

- **Objetivos específicos**

a) Promover o debate sobre a integração das instituições de ensino superior (IES) e escola da educação básica da rede pública de ensino;

b) discutir sobre a inserção dos licenciandos no cotidiano das escolas da educação básica da rede pública de ensino;

c) apresentar propostas que contribuam para que o Pibid aconteça, na escola da educação básica da rede pública de ensino, de maneira a superar as adversidades encontradas no percurso do desenvolvimento do programa, tanto pela instituição de ensino superior, quanto pela escola da educação básica da rede pública de ensino;

d) discutir a questão da gestão democrática no âmbito das políticas públicas, no caso, no âmbito do Pibid.

METODOLOGIA

Este produto educativo cumpre as exigências do Programa de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Jataí, atendendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo assim, o aluno que pleiteia o título de mestre deve apresentar o produto final de sua dissertação, podendo configurar-se em uma “nova estratégia de ensino, uma nova metodologia de ensino para determinados

conteúdos, um aplicativo, um ambiente virtual, um texto” (MOREIRA; NARDI, 2010, p. 7). De acordo com os autores, esses produtos, assim como a dissertação, devem passar pela banca examinadora e, posteriormente, serem divulgados.

Ainda se acrescentam as palavras de Maldaner (2008), sobre as exigências do mestrado profissional:

o mestrado profissional talvez seja a modalidade mais promissora de formação dos professores em exercício, elevando o nível de compromisso e competência na educação básica. Para que isso aconteça, é importante, também, que os empregadores compreendam e valorizem o nível de formação conquistado por alguém que realizou um bom mestrado profissional (p. 276).

No caso deste produto, optou-se pelo blog como via para a divulgação educacional, fruto da pesquisa desenvolvida. De acordo com Gomes (2005), o termo blog origina-se do inglês *web log*, termo que significa diário da *web*, mais precisamente, página na *web*. Gomes (2005) discorre sobre a necessidade de essa página ser atualizada com frequência para manter os usuários da *web* (internautas) bem informados e para manter o diálogo com eles. A inserção de matérias no blog se faz por meio de postagens (*post*) (GOMES, 2005).

Assim, o blog foi criado, por meio da plataforma do *Blogspot*, primeiro porque a pesquisadora já a conhecia, depois por se tratar de uma ferramenta de fácil acesso, além de ser gratuita, com suporte em português. A pesquisadora já possuía uma conta no Gmail, facilitando o processo, pois essa é uma das exigências para se criar um blog nesta plataforma. O próximo passo foi acessar o Blogger.com e dar início à criação do blog. Caso não se tenha conhecimento sobre a criação do blog, existem muitos tutoriais que dão suporte para criação e edição de blogs. Existem outras plataformas como: www.wix.com, www.webnode.com, que também são bem conhecidas, entre outras.

O blog recebeu o nome de “PIBID E ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO COMPROMETIDA E PARTICIPATIVA” (<http://gestaoepibid.blogspot.com.br>). Esse nome resume o assunto que será tratado no blog, ou seja, gestão da escola da educação básica da rede pública de ensino (escola parceira) e gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), numa parceria democrática, quanto à implementação do Pibid. O blog apresenta a seguinte estrutura: 1- página inicial; 2- Pibid: objetivos e metas; 3- Políticas públicas educacionais; 4- Gestão escolar democrática; 5- Resultados de pesquisa.

licenciatura. Ainda se acrescenta que “o projeto institucional deve apresentar apenas um subprojeto por área de licenciatura” (BRASIL, 2013a).

As normas gerais do Pibid estão dispostas na Portaria nº 096/2013, e para que uma instituição de ensino superior (IES) seja beneficiada pelo programa ela deve apresentar uma proposta de atuação, que deverá ser aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Existe um prazo de dois anos para que as ações sejam planejadas e cumpridas. Esse período pode ser renovado, por mais dois anos (BRASIL, 2013a). Do mesmo modo, cada IES pode adotar as estratégias que julgue necessárias para o ideal desenvolvimento dos objetivos do programa.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Neste tópico, o internauta terá uma prévia sobre políticas públicas e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que faz parte da política pública educacional, parte da pesquisa realizada.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), teve sua criação datada de 12 de dezembro de 2012, pela Portaria Normativa nº 38, publicada no Diário Oficial da União (DOU), e no [decreto nº 7.692](#) de 24 de junho de 2010, publicado no DOU de 25 de junho de 2010. No seu art. 1º fica instituído o Pibid, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições de ensino superior (IES) e preparar a formação de docentes em nível superior, em curso presencial de licenciatura de graduação plena, para atuar na educação básica pública (BRASIL, 2010a).

O Pibid atinge parcelas significativas dos estudantes de licenciatura, concedendo bolsas de iniciação à pesquisa tanto para os alunos dos cursos de licenciatura como para coordenadores e supervisores responsáveis nas IES, mediante o desenvolvimento de projetos e para supervisores e professores das escolas da rede pública da educação básica, contemplada pelo programa. O Decreto nº 7.219/2010 apresenta algumas providências sobre o Pibid.

No art. 2º desse Decreto apresentam-se os participantes do Pibid, a saber:

Bolsista de iniciação à docência (BID/aluno bolsita): é o aluno matriculado em cursos presenciais de licenciatura, com dedicação de trinta horas voltadas ao projeto institucional de educação superior. Ele participa das atividades docentes na escola, onde o projeto é desenvolvido. Essa participação lhe concede um certificado, correspondente à carga horária das atividades desenvolvidas (BRASIL, 2010b);

Coordenador institucional: o coordenador deve ser um professor da instituição de ensino superior (IES). Na verdade, ele é o gestor de um projeto do Pibid, responsabilizando-se junto à Capes por todas as ações, desde o planejamento, organização, até a execução das atividades de “iniciação à docência previstas no projeto de sua instituição, zelando por sua unidade e qualidade” (BRASIL, 2010b). Ao coordenador institucional cabe acompanhar as atividades que estão dispostas no projeto do Pibid apresentado para aprovação perante a Capes, selecionar coordenadores de área e designar suas funções na gestão dos processos educacionais, cadastrar e manter atualizada a relação dos bolsistas, usar e prestar contas regularmente dos recursos solicitados para a realização do projeto (BRASIL, 2010b).

Coordenador de área: o coordenador de área é um professor da IES, com experiência em ensino e pesquisa. Ele designado para coordenar, planejar e executar as atividades previstas para a execução do subprojeto. Também é da responsabilidade do coordenador de área, acompanhar, orientar e avaliar os bolsistas, assim como promover o diálogo “com as escolas públicas nas quais os bolsistas exerçam suas atividades” (BRASIL, 2010b).

Das atribuições do Coordenador de área estão as de acompanhar as atividades do subprojeto apresentado para desenvolvimento nas escolas, dialogar com a escola pública de educação básica da implementação do Pibid, selecionar os supervisores e os bolsistas de iniciação à docência, manter o coordenador institucional informado sobre os participantes para o pagamento da bolsa, apresentar relatórios periódicos sobre o subprojeto ao coordenador institucional (BRASIL, 2010b)

Professor supervisor: esse professor faz parte do quadro docente da escola da educação básica das redes públicas de ensino que integra o projeto institucional. Esse professor é responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência (BRASIL, 2010b). Os alunos bolsistas e os supervisores são orientados por um coordenador de área, que é um professor do curso de licenciatura (VIDOR, 2012).

Ainda se apresenta no art. 2º do Decreto nº 7.219/2010, o projeto institucional como parte integrante do Pibid. O projeto deve ser submetido à Capes pela IES interessada em participar do Pibid, apresentando os objetivos e as metas a serem alcançados; as estratégias de desenvolvimento; os referenciais para seleção de participantes; acompanhamento e avaliação das atividades (BRASIL, 2010b). As atividades dos projetos devem, obrigatoriamente, prever a inserção dos alunos bolsistas nas escolas dos sistemas públicos de educação básica (BRASIL, 2013a).

O Art. 3º, do mesmo Decreto, informa que o Pibid tem como meta inserir os licenciados no cotidiano das escolas da educação básica das redes públicas de ensino, proporcionando a eles, “oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2010b).

No mesmo Decreto encontra-se o incentivo às escolas a colaborar, em parceria com as IES, buscando elevar “a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura” (BRASIL, 2010b). Segundo Gatti, Barreto e André (2011), as IES públicas “devem fazer suas propostas ao MEC, nos prazos anualmente estipulados, configurando o plano de ações dentro dos objetivos visados pelo Pibid, devendo os alunos bolsistas exercer atividades pedagógicas em escolas públicas da educação básica” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 129).

Em relação à bolsa de incentivo à docência, esta é dedicada aos alunos matriculados em curso de licenciatura, integrante do projeto institucional, conforme apregoado na Lei complementar nº 12796/2013. Esses alunos devem obedecer a uma carga horária de no mínimo 30 horas mensais ao Pibid. Gatti, Barreto e André (2011) acrescentam que, além do desenvolvimento da proposta de trabalho exercido com as escolas da educação básica das redes públicas, as quais os projetos forem selecionados, os Pibid precisam organizar seminários com todos os participantes para apresentar os resultados alcançados, favorecendo o acompanhamento e a avaliação do projeto da IES, como também seu impacto na rede pública de ensino.

De acordo com um estudo avaliativo do Pibid, realizado pela Fundação Carlos Chagas, em 2014, o Pibid demonstra de forma clara os princípios e o compromisso da Capes com a formação de professores. Segundo a Fundação Carlos Chagas, o Pibid iniciou em 2009, com 43 instituições federais de ensino superior, num total de 3.088

alunos bolsistas. Em 2014 alcançou a marca de 90.254 alunos bolsistas, distribuídos em 855 *campi* de 284 instituições públicas e privadas, sendo que 29 delas direcionadas às áreas da educação escolar indígena e do campo (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2014, p. 5). Visto dessa forma, identifica-se a importância da parceria IES e as escolas da educação básica da rede pública de ensino, no desempenho de suas funções perante a implementação do Pibid, uma vez que essa parceria significa melhoria da educação pública na rede básica de ensino.

De acordo com a Capes, existe ainda o Pibid Diversidade², cujo objetivo principal é o aperfeiçoamento da formação inicial dos professores que atuarão em escolas do campo e indígenas. Para tanto, o programa concede bolsas para os alunos devidamente matriculados em cursos de licenciatura que abrangem as áreas de Educação no Campo e Intercultura Indígena, sendo que estes alunos deverão desenvolver atividades didático-pedagógicas nas escolas que oferecem educação básica do campo e indígenas, alcançando as escolas extrativistas, quilombolas e ribeirinhas (BRASIL, 2013a).

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Neste tópico, serão abordados temas relevantes quanto a gestão do Pibid e quanto à gestão da escola da educação básica da rede pública de ensino, quanto à implementação do programa.

A gestão democrática tem sido tema de debates em vários segmentos da sociedade, e é tema de estudos de diversos autores, como Paro (2006) www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/capitulos-de-livros/todos; Libâneo (2008) <http://escola-ensino-aprendizagem.blogspot.com/p/jose-carlos-libaneo.html>; Dourado (2007) <http://www.escavador.com/sobre/3108528/luiz-fernandes-dourado#academico>, e Lück (2009) <https://www.youtube.com/watch?v=XvZSpZbaHbw>, os quais tratam da

² Os objetivos do Pibid Diversidade são: o incentivo à formação de docentes em nível superior; a contribuição para a valorização do magistério indígena e do campo; a integração entre Educação Superior e Educação básica; o desenvolvimento de metodologias específicas para a diversidade sociocultural e linguística, na perspectiva do diálogo intercultural; o desenvolvimento de um processo formativo que leve em consideração as diferenças culturais, a interculturalidade do país e suas implicações para o trabalho pedagógico (BRASIL, 2013a).

importância da gestão democrática para uma escola, também democrática, em vistas de uma educação de qualidade. Conforme esses autores, a gestão democrática é uma prática da coletividade, numa ação participativa da comunidade escolar. Essa participação favorece a organização, a execução e o andamento das ações e das atividades da escola.

Ao longo da história da educação, a gestão democrática é reflexo dos movimentos sociais, organizados a favor de uma educação pública de qualidade. Desde o movimento escolanovista, na década de 1930, já se lutava por uma educação laica, gratuita e para todos (universal), tendo como expoente o Manifesto dos Pioneiros³. O período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980 também foi importante para se chegar à gestão democrática do ensino. Estudiosos como Paulo Freire lutaram por uma educação democrática, conseqüentemente essa luta pela democratização da gestão escolar surtiu efeito positivo e foi incluída a gestão democrática do ensino público, na Constituição Brasileira, promulgada em 1988 (VIANNA, 1986).

Porém, o grande desafio é vencer o poder do Estado, que concede as políticas públicas, mas não concebe a liberdade de se praticá-las. E quando a tem, gestores, professores, alunos, pais e comunidade escolar, desconhecem o significado político da autonomia (GADOTTI, 2001). Assim, “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la” (PARO, 2006, p.25).

Adverte-se que atualmente a gestão democrática nas escolas sofre desse mal, em que o gestor assume um compromisso coletivo, mas acaba, na maioria das vezes, centralizando o poder em suas mãos, não sabendo ao certo o que fazer. Assim, a comunidade escolar que deve ser, por excelência, participativa, representa um papel de coadjuvante, e/ou figurante no cenário educacional.

Libâneo (2008) afirma que, a gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a

³ O Manifesto dos Pioneiros foi um documento de política educativa no qual, para além da defesa da Escola Nova, estava a luta maior pela escola pública laica, sob a responsabilidade do Estado. As diretrizes desse manifesto influenciaram a Constituição de 1934 (FREITAS, 2005; SAVIANI, 2005).

docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva de objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca do consenso (LIBÂNEO, 2008, p. 131-132).

Afirma-se que essa gestão contribui para a melhoria da qualidade do ensino, pois advém das relações estabelecidas, pela integração dos diferentes papéis existentes no reduto escolar. Ao pensar a escola como um ambiente que se faz por pessoas, por meio de uma gestão democrática e participativa, pensando na construção de uma escola de qualidade, e para que se tenha um ambiente favorável a essas demandas, necessário se faz a construção de documentos, com metas e objetivos a serem cumpridos. Conforme o art. 12, da LDB, “[...] os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

A Gestão Educacional e o Pibid

Ao reconhecer o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) como um programa voltado para melhorar a qualidade do ensino na rede pública de educação básica, proposto para a melhoria da formação do licenciando, como futuro professor, é preciso também reconhecer o papel do gestor na organização de uma escola, verificando como acontece o processo democrático no ambiente escolar, principalmente quando se pretende oferecer uma aprendizagem de maneira efetiva.

A união do Pibid com a escola pública da educação básica constitui em uma importante contribuição tanto para a gestão da escola quanto para os alunos bolsistas. Na visão de Miranda, Silva e Pereira (2012), o Pibid auxilia nas aprendizagens obtidas, indo muito além da sala de aula da instituição de ensino superior (IES), facilitando uma reflexão acerca do processo formativo. Assim, por meio do relacionamento existente com o Pibid, o aluno bolsista participa de atividades e experiências, no âmbito da unidade escolar, podendo fazer parte de situações que servirão de base para sua formação educacional (MIRANDA; SILVA; PEREIRA, 2012). A partir dessa parceria, a escola é beneficiada com propostas de ações e atividades que os alunos bolsistas desenvolvem, juntamente com os professores regentes das disciplinas pertencentes ao Pibid e também das demais disciplinas, de maneira interdisciplinar. Corroborando com essa informação, o artigo 3º, inciso V, do Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, que descreve que uma das diretrizes do contexto escolar é “incentivar escolas públicas da

educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério” (BRASIL, 2010b).

Pautados nessa visão, assumir uma direção escolar significa, conforme Miranda, Silva e Pereira (2012) desenvolver competências de apoio às equipes de trabalhos; de relacionamento com os sujeitos envolvidos, de forma direta e indireta no processo educativo; de incentivo à formação continuada e de administração dos recursos materiais, para que a unidade escolar possa atender de maneira satisfatória, situações inerentes aos seus anseios, principalmente ao que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, que de uma maneira ou de outra, é o fator principal que uma unidade escolar almeja alcançar conjuntamente.

Assim, é imprescindível que a gestão seja vista em suas múltiplas situações, para que a efetivação da gestão democrática seja contemplada de maneira consciente pelos envolvidos, com a clareza de que para ter avanços é preciso ter consciência desse processo, inclusive em relação à qualidade de ensino que se quer ofertar. E sobre a qualidade de ensino/escola, “os profissionais de cada escola precisam estabelecer um consenso mínimo sobre o padrão de qualidade que orientará seu trabalho” (LIBÂNEO, 2008, p. 65).

É, ainda, um desafio para o Pibid ter as unidades escolares como participantes atuantes nessa formação. Essa tarefa não é fácil, visto que “exige responsabilidades claramente assumidas por parte das duas instituições e indica a necessidade de avançarmos no incremento de atividades formativas e de caráter investigativo, compartilhadas” (CARVALHO; QUINTEIRO, 2013, p. 4). Estreitar as relações entre as IES e escola pública demonstra saber lidar com as relações de poder envolvidas em diferentes esferas, desde as mais amplas, como o âmbito dos governos federal, estadual e municipal, até as locais, que envolvem a disputa de espaços e protagonismos dentro da própria escola e na relação com a IES. Faz-se necessário, então, que se estabeleçam estratégias e que se construam instrumentos que admitam tal aproximação, induzindo a uma melhoria na relação entre a universidade e a escola, de tal forma que se realizem, sob parâmetros claros e com responsabilidades definidas e partilhadas (CARVALHO; QUINTEIRO, 2013).

Políticas públicas educacionais brasileiras

Ao longo da história da educação brasileira, as políticas públicas educacionais relacionaram-se de maneira muito intensa ao contexto social, à política e à economia, situação que se especificou em cada época, pois procuravam formas de adequarem o sistema de ensino à estrutura social existente ou emergente. Assim, a partir da década de 1990 a sociedade latina passou a participar mais ativamente nas tomadas de decisão do Estado. Essa mudança fez com que a sociedade civil participasse das ações públicas, principalmente dos debates sociais.

No Brasil, as políticas públicas surgem com a necessidade da modernização da gestão pública, e com o advento da criação do Estado Moderno. “[...] estas reformas partem de pesquisas que demonstraram a ineficiência de seus sistemas de ensino frente às necessidades de reestruturação do sistema produtivo e da relação Estado e sociedade de acordo com os padrões da nova ordem mundial” (SANTOS, 2012, p. 8).

Neste estudo, toma-se a concepção de política pública educacional postulada por Marx (1999), que apresenta a seguinte reflexão:

a política educacional é, primeiramente, um resultado do desenvolvimento histórico da formação social: da forma como tem ocorrido, entre nós, a dominação de classe, com uma “elite” despótica e senhorial, que tem sempre gerido o Estado em seu proveito, com a conseqüente exclusão das classes subalternas do acesso a conquistas sociais básicas inerentes ao próprio capitalismo (p. 126).

Por assim dizer, a característica principal do Estado Moderno é o exercício do poder por previsão legal, e a legalidade e a legitimidade são frutos do debate político junto à sociedade. E é desse debate que se realiza o processo da construção das políticas públicas, em que o Estado analisa os projetos advindos da sociedade civil de maneira política e democrática. O Estado administra os conflitos e busca uma equivalência entre as demandas, reproduzindo um modelo hegemônico social, por meio de uma ação sugerida pela política pública em questão. Assim, as políticas públicas refletem tanto as relações de poder, quanto os conflitos que as definem, como também, a sua representação na sociedade emergente (AZEVEDO, 2003).

Políticas públicas após 1990

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC), por meio de parcerias com instituições de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as instituições de ensino superior (IES), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos últimos anos, criaram alguns programas voltados à capacitação e formação de professores. O objetivo desses programas é a melhoria da formação e da atuação docente, com vistas a incentivar e valorizar a profissão do magistério. Exemplos desses programas podem ser citados, o Plano Nacional de Formação dos Professores da educação básica (Parfor⁴) <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7382-pre-inscricoes-para-47-mil-vagas-em-cursos-de-licenciatura-seguem-ate-sexta-feira>, cujo objetivo é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício, na rede pública da educação básica; o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), cujo objetivo é ampliar e dinamizar a formação de professores, principalmente dos cursos de licenciatura das instituições federais e estaduais de ensino superior, e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que tem como objetivo incentivar a melhoria da qualidade da educação básica por meio de ações acadêmicas nas escolas.

Em 2007 foi criada a Diretoria da Educação Básica Presencial⁵ (DEB), por meio da Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, que conferiu à Capes as atribuições de fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, estimulando a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino. Os eixos comuns a essa política, basicamente, são: “(a) a busca da excelência e da equidade na formação de professores; (b) a integração entre instituições formadoras, escolas públicas da educação básica e programas de pós-graduação e (c) a produção e disseminação do conhecimento produzido” (BRASIL, 2013b, p. 9).

⁴ O Parfor é um resultado de ações conjuntas do MEC e com as secretarias de Educação dos Estados e Municípios, juntamente com instituições públicas de ensino superior, que nelas são sediadas os cursos para a melhoria profissional docente. Por isso, que em 2009, a Capes passa a ser corresponsável pela política de formação docente, uma vez que o PARFOR iniciou neste mesmo ano.

⁵ Em 2012, por meio do Decreto nº 7.692, de 2 de março, alterou o nome da diretoria para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, não alterando a sigla (BRASIL, 2013b).

RESULTADO DA PESQUISA

Neste tópico, apresenta-se a relação Pibid e escola parceira, uma parceria que precisa dar certo, como situação decisiva, para que toda política pública educacional, ao ser implementada, possa alcançar seus objetivos.

A proposta do Pibid é proporcionar, aos alunos graduandos, uma visão mais ampla do universo escolar, mesmo antes de adentrar as salas de aula como profissional do magistério, como é o caso dos alunos bolsistas, que fazem parte de licenciaturas das instituições de ensino superior (IES). Assim, o objetivo principal do Pibid é introduzir os alunos licenciandos na escola da educação básica da rede pública de ensino, proporcionando a primeira interação com a comunidade escolar, participando do dia a dia dos alunos, dos professores e de toda a equipe da escola, com vistas ao enriquecimento de sua formação docente.

Este estudo teve como foco de análise a gestão do Pibid e a gestão da escola da educação básica da rede pública de ensino, levando em consideração a implantação e o desenvolvimento dos subprojetos de Física, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Jataí, e de Biologia, por meio da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. O interesse pelo tema se deu pelo fato de a pesquisadora, enquanto integrante da escola da educação básica da rede pública (escola parceira) pesquisada, perceber que havia certa disputa entre os professores da escola e os alunos bolsistas do Pibid. Também se percebia que o grupo gestor da escola parceira apresentava-se alheio ao desenvolvimento dos subprojetos dos Pibid. Ao aprofundar seus estudos sobre o Pibid, a pesquisadora também verificou que as gestões dos Pibid deixavam a desejar, ao que dizia respeito ao cumprimento do proposto nos subprojetos, ou seja, propunham-se algumas ações interventivas na escola, porém não as desenvolviam, ficando apenas com as atenções voltadas ao atendimento (monitorias) dos alunos da escola parceira. Tudo isso induziu a pesquisadora a perceber que a questão deveria ser problematizada, tendo como viés investigativo a gestão escolar, ampliando-a à gestão do Pibid.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método empregado foi o estudo de caso. A opção por esse método se deu por ele admitir a investigação das concepções acerca da formação de professores e das políticas públicas educacionais, no caso deste estudo, o Pibid. O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou

poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2008).

Neste estudo, tomou-se o conceito de gestão escolar de Lück (2009). A autora afirma que a gestão escolar é constituída por uma equipe de gestão, que são profissionais “que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente” (LÜCK, 2009, p. 22). Conforme a autora esses profissionais devem: promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional (LÜCK, 2009, p. 22).

Porém, acredita-se que a gestão da escola parceira pesquisada não estava preparada nem estruturalmente, nem pedagogicamente para receber os subprojetos de Física e de Biologia, cabendo aos gestores tanto do Pibid, quanto da escola parceira driblarem os problemas para a implantação e implementação do programa.

Outro problema detectado refere-se, principalmente ao problema de interpretação dos objetivos do Pibid, pois enquanto parte integrante da escola parceira, a pesquisadora verificou que o papel desempenhado pelos integrantes do Pibid era voltado apenas para monitoria e reforço de estudo, conforme já afirmado. Vale ressaltar que a realidade pesquisada faz parte do Programa desde 2010, primeiramente com a disciplina de Física, e em 2011 com o Pibid da disciplina de Biologia, no entanto, a maioria do grupo gestor da escola parceira afirmou, por meio do questionário aplicado, que não tinham familiaridade com o Pibid, e que não puderam contribuir para com o desenvolvimento dos subprojetos.

Acredita-se que a gestão do Pibid deve ser avaliada, principalmente em relação à formação inicial do aluno bolsista e à viabilização do subprojeto na escola parceira, até porque é importante verificar se o Pibid, não é apenas mais uma política pública educacional iniciada e abandonada ao longo de sua trajetória, e se os alunos bolsistas não estão apenas fazendo parte de uma falácia, em que apenas servem para dar monitoria/atendimento aos alunos da escola parceira contemplada.

Assim, neste estudo, avaliou-se a gestão das políticas públicas referentes ao Pibid, implementadas na escola da educação básica da rede pública de ensino

pesquisada, como, também, a gestão da escola em relação a essas políticas. A princípio se percebeu que faltou diálogo entre as gestões dos Pibid e da escola parceira. Não ficou claro, para o grupo gestor da escola parceira, os objetivos dos subprojetos, visto que acreditavam que o Pibid era uma política pública educacional, voltada para o reforço das disciplinas, de Física e de Biologia, aos alunos, propícia a colaborar para com o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e outros afins, além de confundirem os alunos bolsistas com estagiários, pois muitas vezes eles iam para sala de aula em substituição a professores que, por algum motivo, faltaram.

Aprofundando as investigações, verificou-se que componentes do grupo gestor da escola parceira esperava do Pibid algumas implementações em relação a própria estrutura física da escola, como ampliação de salas de aula ou mesmo de investimentos em equipamentos, livros, dentre outros. Acredita-se que o Pibid poderia, sim, ter essa meta, pois contribuiria positivamente com as escolas públicas que estão a cada ano mais desfalcadas e sucateadas, principalmente em relação a bibliotecas, salas de informática e até mesmo salas de aula. Porém, não é esse o objetivo do Pibid, uma vez que a verba disponibilizada ao Pibid deve ser voltada para os trabalhos desenvolvidos e que constam do subprojeto apresentado para aprovação à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Outro ponto que se destacou, ao longo da pesquisa, foi a questão da incompatibilidade entre bolsista do Pibid, neste ponto destacam-se todos os bolsistas, desde os alunos até os coordenadores institucionais e o grupo gestor da escola da educação básica da rede pública de ensino pesquisada. Já se destacou essa questão ao longo deste estudo, mas volta-se a frisar, houve uma quebra de braços entre as duas gestões. Analisa-se essa incompatibilidade, pelo fato de não ter ocorrido uma melhor explanação dos subprojetos à gestão das escolas parceiras, cabendo afirmar que, de acordo com Brasil (2013), os Pibid precisam organizar seminários com todos os participantes para apresentar os objetivos dos subprojetos, favorecendo o acompanhamento e a avaliação do projeto da IES, como também seu impacto na rede pública de ensino; pelo fato de a escola não oferecer uma infraestrutura melhor, para acolher os Pibid; e pelo fato de os professores da escola parceira não terem se afinado com os subprojetos dos dois Pibid.

A partir dessas colocações apresentam-se algumas questões levantadas nesta pesquisa que contribuíram para que os Pibid de Física e de Biologia não alcançassem os

objetivos previstos em seus subprojetos: 1) O grupo gestor tanto da escola, quanto do Pibid não colaboraram para o desenvolvimento das atividades propostas nos subprojetos do Pibid; 2) Não houve diálogo entre os gestores tanto do Pibid, quanto da escola parceira; 3) O relacionamento dos integrantes do Pibid com os sujeitos da escola parceira não foi positivo; 4) A escola não ofereceu suporte, estrutura e equipamentos, necessários ao desenvolvimento dos subprojetos. Essas foram os argumentos mais recorrentes tanto do grupo gestor da escola parceira, quanto dos bolsistas dos Pibid. Deixa-se claro que ambas as gestões não ponderaram, em suas justificativas, sobre a questão da importância da implementação dos Pibid na escola parceira, em prol da qualidade da educação, não contemplando os alunos da escola da educação básica, com estratégias de ensino diversificadas, conseqüentemente, impedindo-os de melhorar suas possibilidades de ensino e aprendizagem, nem ponderaram sobre a importância do Pibid para a formação do aluno licenciando.

O interesse desta pesquisa não foi o de levantar os impactos negativos das gestões, porém eles foram surgindo a partir de estudos sobre o Pibid, análise dos subprojetos dos Pibid de Física e de Biologia e da coleta dos dados, que inicialmente aconteceram por meio da aplicação de questionários a todos os sujeitos da pesquisa, e por meio dos encontros dos grupos focais, em forma de entrevistas. Este estudo apresenta-se relevante, por trazer à tona um espaço de debates sobre a gestão no Pibid e da escola da educação básica da rede pública de ensino, uma vez que se investigaram as bases da implantação dos Pibid de Física e de Biologia e o seu desenvolvimento numa escola estadual da educação básica da rede pública de ensino, da cidade de Jataí-Go, no ano de 2014.

Ainda há muito a ser explorado neste campo de estudo. Tanto a gestão da escola parceira, quanto a gestão dos Pibid devem ser repensadas, no sentido de explorar as dificuldades que se enfrentam os Pibid ao adentrarem os espaços das escolas públicas da educação básica de ensino, e em relação à necessidade dessas escolas se inteirarem e dialogarem em relação as ações desenvolvidas pelos Pibid implementados. Esclarece-se ainda que faltou às gestões o que é de mais importante para uma gestão democrática, o relacionamento dialógico, por meio do qual todos tivessem oportunidade de opinar e/ou colaborar nos processos decisórios. Conforme Paro (2006), a gestão verdadeiramente democrática é aquela em que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no

processo escolar participam das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola.

O blog teve seu primeiro post, no dia 14 de junho de 2015, após ser apresentado na Qualificação, não sendo publicado, até então, apenas editado, por questão da espera até a apresentação para Defesa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amaral; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra Portela. Blogs: mapeando um objeto. In: AMARAL, A.; RECUERO, R.; MONTARDO, S. (org) **Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Editora Momento, 2009.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (*et al.*). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Portaria Capes nº 72, de 09/04/2010a. Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid, no âmbito da Capes.

_____. Decreto 7.219, de 24 de junho de 2010b. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. Portaria 096, DE 18 de julho 2013. Revoga a Portaria 260, de 30 de outubro de 2010 e dispõe sobre aperfeiçoamento e atualização das normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

CARVALHO, Diana Carvalho de; QUINTEIRO, Jucirema. A formação docente e o pibid: dilemas e perspectivas em debate. **EntreVer**. Florianópolis, v. 3, n. 4, p. i-xii, jan. /jun. 2013.

FOGAÇA, Mônica. **Blog no ensino de ciências: uma ferramenta cultural influente na formação de identidades juvenis**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico**. Minas Gerais: SEED, 2001.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

GOMES, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. In: MENDES, António; PEREIRA, Isabel; COSTA, Rogério (eds), **VII Simpósio Internacional de Informática Educativa - SIIE05**. Leiria: Escola Superior de Educação de Leiria, 311-315, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2008.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo 2009.

MALDANER, Otávio Aluísio. A pós-graduação e a formação do educador químico. In: ROSA, Maria Inês Petrucci. ROSSI, Adriana Vitorino. **Educação química: memórias, tendências, políticas**. Campinas: Átomo, 2008.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Livro I, v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MIRANDA, Daiane Matos; SILVA Daniele Carvalho; PEREIRA Juliana dos Santos. Pibid e a escola de educação básica: possibilidade de reflexão sobre uma gestão democrática. **Anais da Semana de Pedagogia**, 25 a 28 de novembro de 2012.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos Tarcísio; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio; NARDI, Roberto. O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 2, p. 1-9, 2010.

PARO, Vitor Henrique. O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública. In: **Administração escolar: introdução crítica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRIMO, Alex. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para a tipificação da blogosfera. In: **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, n. 36, p. 122-128, ago. 2008.

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e Sociedade**. 2012.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educar**. São Paulo: EPU, 1986.